



DIANA RAMOS  
Diretora do Jornal  
de Negócios

## OS DESAFIOS QUE A ECONOMIA NOS TRAZ E A ENTRADA EM CENA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Não há provavelmente setor onde o peso da tradição tenha uma preponderância tão elevada com o da advocacia. O ano de 2023 já nos deixou perceber que haverá uma dose elevada de incerteza económica a desafiar o trabalho das sociedades e uma novidade a nascer que tenderá a abrir um aceso debate sobre o papel da tecnologia na justiça e no direito, a inteligência artificial.

É certo que os números começam a afastar um cenário de recessão em Portugal – e muito provavelmente na Europa –, mas é inevitável que um clima económico de maior incerteza traga acoplado uma travagem no investimento que inevitavelmente penaliza as áreas do direito mais direcionadas para a chamada justiça económica.

Com um PRR em marcha, o ano de 2023 será também marcado pela capacidade que o país consiga demonstrar na sua execução, ou não fosse este um ano decisivo.

Perspetivando o setor pelo lado do copo meio vazio, há duas áreas que tenderão a trazer um aumento de trabalho – a laboral, com a entrada em vigor de uma lei que acarretará novas obrigações para o lado das empresas; e o imobiliário, com uma esperada agitação trazida pelo pacote de medidas que o Governo quer aprovar para a habitação e que, seja pelo fim dos vistos gold, as restrições ao alojamento local ou os direitos dos proprietários, trará uma litigiosidade acrescida.

Falar de 2023 é, inevitavelmente, falar do ChatGPT e dos efeitos que a introdução da inteligência artificial terá na justiça. A disrupção cria receios e se é genericamente consensual que mais tecnologia aplicada às tarefas rotineiras trará um acréscimo de conforto e produtividade, a questão é mais difícil de avaliar quando se aborda o papel da inteligência artificial na formação de novos advogados, aqueles que numa fase mais inicial acabam por desempenhar tarefas de menor responsabilidade e que arriscam tornar-se automatizadas.

O ano de 2023 será certamente aquele em que mais áreas do direito estarão sujeitas a elementos novos, alguns de maior fricção, algo que de certa forma pode até gerar novas dinâmicas e mais abertura. Porque a tradição combinada com modernidade acrescenta maior valor.



JOÃO MOURA  
Diretor da In-Lex

## TEMPOS DESAFIANTES

Maiores e vacinados. Assim se passaram 18 anos desde a primeira publicação do In-Lex, o mais completo diretório da advocacia de negócios em Portugal.

Lançámos a primeira edição em 2006 e ao longo destes anos acompanhámos o setor em diferentes cenários: diversas conjunturas internas e externas, crises económicas e políticas, a intervenção da Troika, o boom do Turismo em Portugal, de tudo um pouco. Terminado o ano de 2019, todos os cenários económicos e políticos pareciam já ter sido retratados na história do In-Lex, mas na verdade, muito mais havia por contar. O mundo mudou e foram três anos marcados por acontecimentos inimagináveis e que, até então, não entravam nas previsões dos melhores analistas: da pandemia à guerra. Seria difícil imaginar pior cenário! Uma vez mais, tivemos oportunidade de apresentar a forma como o setor rapidamente se adaptou a estas novas realidades indo ao encontro das necessidades dos seus clientes.

Mas se os anos de 2020 a 2022 foram especialmente desafiantes, o ano de 2023 não será diferente: certo, só mesmo a incerteza! Ainda que com as previsões do Banco de Portugal a darem um novo ânimo à economia em 2023, estimando uma descida gradual da inflação e uma previsão de crescimento da economia portuguesa em 1,5%, o alerta ficou bem patente: “temos de estar vigilantes à evolução do cenário macroeconómico”. O ano vai ser difícil para as empresas e para as famílias. Talvez não tão penoso como inicialmente estimado, mas seguramente desafiante, dando sequência a um conjunto de acontecimentos externos – uma trágica guerra sem fim à vista – e internos, que irão impactar o estado da nossa economia. Desafios não irão faltar para as empresas e consequentemente para as sociedades de advogados: a somar às consequências humanitárias e económicas da guerra (com o impacto na inflação, no aumento dos custos energéticos e a subida das taxas de juro) temos ainda alterações em matéria de legislação laboral, o novo pacote para combater a crise na habitação e a execução do PRR – de extrema relevância para o futuro do país em matérias de digitalização da economia e transição energética.

Em tempos de incerteza, mais do que nunca, urge a necessidade de aconselhamento jurídico competente e independente. Nesta edição do In-Lex 2023, apresentamos 129 sociedades de 18 localidades do país capazes de responder a esta exigência. O RX está feito! Em jeito de balanço as sociedades estão de boa saúde, com “morfologia” jurídica nos níveis máximos e sem compromissos quando expostas a testes de esforço em novos desafios. Os relatórios individuais estão nas páginas que se seguem desta 18ª edição do In-Lex. Veja por si.